

## Novo reajuste salarial é possível. Negociação já!

Reunião técnica de 31/8 comprovou que a arrecadação de ICMS vem crescendo. Fórum das Seis cobra do Cruesp agendamento de reunião

Conforme acordado na mesa de negociação entre Fórum das Seis e Cruesp, em 31/8 ocorreu mais uma reunião técnica entre as partes, com o objetivo de discutir mensalmente o cenário econômico e as propostas de aplicação dos eventuais excedentes na arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). A primeira tinha acontecido em 23/7.

Assim como na reunião anterior, os técnicos do Cruesp tentaram mostrar que o cenário econômico segue difícil, mas foram forçados a reconhecer, a partir de dados concretos, que a arrecadação do ICMS em 2018 deve ser maior do que o previsto pela Secretaria da Fazenda do Estado de São de Paulo. O

montante de R\$ 99,6 bilhões previstos inicialmente (no qual os técnicos se basearam para elaborar os orçamentos das três universidades), foi retificado pela própria Secretaria da Fazenda para R\$ 100,2 bilhões (o que ainda está aquém da previsão de arrecadação de ICMS acumulada do Fórum das Seis, que é de R\$ 102,4 bilhões).

Os dados disponibilizados na página da Secretaria da Fazenda em 18/9/2018 consolidam uma arrecadação de R\$ 8.558.019.914,56 para o mês de agosto/2018, que é 3,593% maior que a arrecadação de agosto/2017. A arrecadação acumulada de janeiro a agosto de 2018 é de R\$ 65.918.533.774, 7,23% maior que a arrecadação no mesmo período de 2017.

Ressalte-se que os resultados da arrecadação do ICMS mês a mês no ano de 2018 aproximam-se cada vez mais das projeções de crescimento feitas pelo Fórum e afastam-se cada vez mais das estimativas excessivamente conservadoras das assessorias econômicas dos reitores. A arrecadação de ICMS acumulada de janeiro-julho/2018 é, nominalmente, 7,79% superior à acumulada de janeiro-julho/2017.

Os técnicos do Cruesp preferem aguardar a consolidação de dados em novembro/2018, antes de reconhecer que há um crescimento real de arrecadação. Para o Fórum, no entanto, este cenário já é suficiente para solicitar aos reitores uma nova rodada de negociação agora.

Os dados oficiais de arrecadação de ICMS demonstram inequivocamente que era desprovida de fundamento, e casuística, a argumentação utilizada pelo Cruesp para conceder um reajuste ínfimo de 1,5% em maio

deste ano, ao invés de atender à contraproposta de 6,14% do Fórum (cabe lembrar que as perdas inflacionárias dos últimos quatro anos chegaram a 12,6% em maio!). Particularmente no tocante à USP, a Adusp já apontou em mais de uma ocasião a viabilidade de um novo reajuste (<https://bit.ly/2MNMyLU>).

“É importante registrar que mesmo seguindo os termos dos ‘Parâmetros de Sustentabilidade Econômico-Financeira da USP’ aprovados na gestão Zago seria possível um reajuste significativamente maior do que o concedido pelo Cruesp em 2018”, destaca o professor Rodrigo Ricupero, presidente da Adusp, referindo-se ao artigo 4º das Disposições Transitorias da Resolução 7.344/2017, que permite que os percentuais de reajuste salarial cheguem a até 90% do percentual de crescimento nominal acumulado nos últimos 12 meses.

## Debates abordam conjuntura e educação pública



Educação e eleições em foco (19/9)

No dia 19/9, o Grupo de Trabalho de Política Educacional da Adusp (GTPE) realizou, no auditório da História, a mesa “A Educação e as eleições no Estado de São Paulo”, que compõe o ciclo de debates “Universidade e política de formação de professores em tempos de golpe”. Coordenado pelo professor Rubens Camargo (FE), o debate contou com a participação dos professores Otaviano Helene (IF), Salomão Ximenes, da Universidade Federal do ABC (UFABC), Leandro de Oliveira (Apeoesp) e de Andres-

sa Pellanda, da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

O professor Helene abriu a discussão desmentindo mitos relacionados à educação pública, como a noção de que já haveria recursos financeiros suficientes para o setor, porém seriam mal aplicados. Oliveira historiou os ataques ao financiamento das escolas públicas e aos direitos dos professores. Ximenes, por sua vez, explanou sobre o futuro dos recursos repassados pelo governo estadual para a educação. Andressa apresentou uma análise



Singer e Iasi debatem o país (12/9)

dos planos dos candidatos a governador no que concerne ao setor e ao seu financiamento público.

No dia 12/9, no auditório da Geografia, foi realizado o primeiro de três debates organizados pela Adusp sobre a conjuntura nacional, com a participação dos professores André Singer (FFLCH) e Mauro Iasi, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e mediação do professor Rodrigo Ricupero, presidente da Adusp. Os debatedores descreveram uma conjuntura contraditória, incerta, marcada por retrocessos e tensões e

cujos desdobramentos colocam as conquistas democráticas do país em risco, frente à ameaça de ascensão do neofascismo (confira reportagem em <https://bit.ly/2MR8BRW>).

No dia 20/9 foi realizado o segundo debate, reunindo os professores Luiz Gonzaga Belluzo e Plínio de Arruda Sampaio Filho, ambos da Unicamp. O terceiro debate, agendado para 26/9, deve contar com os professores Márcio Moretto Ribeiro (EACH) e Thaiz Pavé (Unesp), com transmissão ao vivo pela Internet, no link <https://bit.ly/2MRZW1E>.



# Pesquisa revela dados preocupantes sobre ocorrência de racismo e violências morais e sexuais na USP

Recentemente, a pesquisa “Interações na USP”, do Escritório USP Mulheres, estampou manchetes do Jornal da USP e até mesmo da mídia comercial. A publicidade dada aos resultados deve-se principalmente aos dados sobre a percepção que os estudantes têm da universidade: 71% a consideram um lugar machista; 89% a caracterizam como elitista; 64% como racista. Entretanto, outro dado tão preocupante quanto estes não teve tanto destaque na mídia: 47% dos estudantes que participaram da pesquisa já vivenciaram uma situação em que se sentiram desrespeitados, humilhados, discriminados ou intimidados na USP.

A pesquisa, coordenada pelo professor Gustavo Venturi, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), foi realizada por meio de um questionário enviado por e-mail a 78 mil estudantes da USP, dos quais 13.377 responderam (**confira aqui**: <https://bit.ly/2NR2IJa>).

Se para a cúpula da universidade e para a mídia os resultados foram surpreendentes, este não é o caso dos que sofrem, estudam e combatem as formas de opressão presentes na USP e na sociedade. Por exemplo, Beatriz Souza, estudante de Ciências Sociais e membro do Núcleo de Consciência Negra, não acha os resultados da pesquisa inesperados. “Não surpreende porque a USP desde sua fundação, e não se alterou em nada, mantém ideais elitistas, machistas, racistas, de afirmação do patriarcado e da cultura europeia. Então isso já é uma característica da USP, não é uma coisa que é nova, porque praticamente metade dos alunos da pesquisa diz que já sofreu uma violência moral, simbólica ou até mesmo sexual dentro da universidade”.

A maior parte dos resultados da pesquisa tampouco constitui novidade para a professora Heloísa Buarque de Almeida (FFLCH), uma das fundadoras da Rede Não Cala USP. “A gente tinha noção de que havia um problema de violência grave, não é surpreendente”, afirmou a professora. “O que me surpreende mais talvez seja o preconceito de classe: como uma quantidade de alunos se sente di-



(Q37) ...ocorreu alguma situação (ou você vive situações) em que se sentiu ou se sente desrespeitada/o, humilhada/o, discriminada/o, intimidada/o? Ou você já sofreu algum outro tipo de violência na USP ou em atividade ligada à USP? (se sim) O que ocorre - ocorreu?

**SIM: 39%**

minuída dentro da universidade. A questão das violências morais, sexuais e físicas a gente já mais ou menos imaginava”.

De fato, segundo a pesquisa, 54% dos estudantes já se sentiram inferiorizados por seus colegas. “Quem entra na USP? Quem são as pessoas que estão aqui?”, questiona Beatriz. “Na mesma pesquisa foi relatado que as pessoas se sentem inferiores aos seus colegas de classe. Não é porque ela chegou lá e se sentiu inferior, é porque as pessoas realmente cometem agressões dentro de espaços de interação dos estudantes, tanto [nas associações] atléticas como festas. É uma reprodução do que a universidade é”.

No total, 18% dos alunos já foram humilhados por seus professores, 17% por um colega, 14% foram vítimas de assédio ou de exposição pública, e 11% sofreram ameaça ou perseguição. Se a própria instituição comete agressões desse tipo, avalia a estudante, os alunos tendem a fazer as mesmas coisas. “E quando este aluno vulnerável abre uma reclamação, contra a universidade ou contra outros alunos, não é escutado. Quantos casos de estupro não aconteceram aqui dentro e [a denúncia] não foi adiante? Quantos casos de racismo?”

**Assédio e trotes.** Um dos diferenciais da pesquisa foi a existência de perguntas abertas, qualitativas, para além das questões de múltiplas escolhas, quantitativas. Segundo o professor Gustavo Venturi, durante a apresentação dos primeiros resultados em junho, a análise das perguntas qualitativas ainda está em andamento, devido ao tamanho reduzido da equipe da pesquisa. Entretanto,



já é possível examinar alguns de seus resultados. Por exemplo, o dado de que 47% dos estudantes já vivenciaram uma situação de desrespeito, humilhação ou intimidação é complementado pela descrição dos estudantes de como isto aconteceu. A partir destes relatos, foi possível construir uma nuvem de palavras com as mais citadas nas descrições dos acontecimentos, como “assédio”, “festa”, “trote” e “sexual”.

A pesquisa também classifica as violências sofridas pelos estudantes, dividindo-as entre violência moral, como assédio sexual e humilhação verbal; violência sexual, como abuso sexual ou contatos físicos sem consentimento; e violência física, como agressões e espancamentos. Segundo os resultados, 26% dos estudantes já sofreram violências morais, 7%, sexuais e 3%, físicas.

“A grande questão da USP não é só que a violência acontece aqui, mas o que aconteceu quando alguém tentou denunciar este tipo de violência. Não era o objetivo da pesquisa, que já é muito longa”, afirmou a professora Heloísa. “A sensação que eu tenho, falando como uma professora da Rede Não Cala, é que a gente já sabia que a coisa era séria. A gente falava isso para a Reitoria e USP Mulheres. Pouco antes de sair o resultado da pesquisa, estas pessoas que estão na gestão diziam que ‘não chegou denúncia formal’. A pesquisa é boa para mostrar que as denúncias formais não chegam porque as pessoas não de-

nunciam, porque sabem o que acontece com quem já denunciou”.

No entender da docente, na USP a denúncia de uma violência é algo que termina por expor quem denunciou: “Os procedimentos não são adequados, as sindicâncias não são adequadas para este tipo de violência”, explicou Heloísa. “O acolhimento a gente faz muito informalmente na Rede Não Cala, a gente propôs à Reitoria a formação de um centro de referência, foi feito um projeto e entregue à Reitoria. Parece que foi ignorado. Se a Reitoria pretende tornar o USP Mulheres um local de acolhimento, ela não fez isto ainda. Faltam canais para combater este tipo de violência muito expresso na pesquisa, mas é preciso também repensar o Regimento Interno, melhorar as sindicâncias e os processos administrativos disciplinares para eles serem mais cuidadosos nestes casos”.

A estudante Beatriz Souza concorda que há uma ausência de espaços de acolhimento para as vítimas na universidade, pois a Superintendência de Assistência Social (SAS) não cumpre adequadamente esse papel. “Às vezes a SAS não é um espaço saudável, os alunos chegam com suas demandas de permanência estudantil e são negligenciados pelas pessoas que atendem e, quando não são, a burocracia da universidade não permite [o atendimento das demandas]. Além disso, um espaço para acolhimento psicológico é cada vez mais necessário, o índice de alunos que precisam disso não é normal”.

Qual deveria ser o papel da USP frente à violência em seus campi também foi uma das questões abor-

**continua na página 3**

continuação da p. 2

dadas pela pesquisa. Segundo os resultados, 28% consideram prioritário “adotar medidas preventivas e educativas” e 21%, “criar mecanismos para oferecer apoio (psicológico, médico, jurídico) às pessoas que foram vítimas de violência”.

**Humilhações.** Outro diferencial da pesquisa “Interações na USP” é a apresentação de intersecções dos dados, como o número de vítimas de violência por gênero, cor, orientação sexual e renda familiar. A pesquisa mostra, por exemplo, que alunos negros são os que mais sofreram humilhações por parte de professores (22%) ou de colegas (24%), enquanto o mesmo resultado para alunos brancos foi de 18% e 17%, respectivamente.

De forma similar, 38% das mulheres homo ou bissexuais já sofreram assédio, exposição ou outro tipo de ofensa; o resultado para a mesma pergunta foi de 20% para homens homo ou bissexuais, 19% para mulheres héteros, e 7% para homens héteros. Ao se levar em conta o recorte racial, os resultados são ainda mais impressionantes: 50% das estudantes negras e não heterossexuais já foram vítimas de assédio, exposição ou outras ofensas.

“Quando a gente olha os números é a questão das alunas negras não heterossexuais [que impressiona], é uma proporção de violência muito alta. A gente vê como a universidade é desigual, internamente. A grosso modo o mais impressionante é isso, a desigualdade entre os grupos particulares da universidade, e é muito raro a gente ter pesquisa sobre a universidade neste nível de detalhamento”, diz a professora Heloísa.

“Os dados que a gente vê na USP são parecidos com a sociedade brasileira em geral. Homossexuais sofrem mais violência do que heterossexuais, mulheres sofrem mais violências do que os homens, mulheres negras sofrem mais que as mulheres brancas; tudo isto está condizente com a sociedade brasileira. No entanto, isto é grave porque a universidade deveria ser o lugar que saberia combater este tipo de coisa, que deveria criar um outro tipo de relação entre os alunos, não só entre alunos e professores”, conclui.

Os resultados, entretanto, poderiam ser ainda mais graves. A pesquisa foi realizada em 2017, antes da entrada de alunos cotistas. Assim, a grande maioria dos que responderam a pesquisa, 74%, foi composta por estudantes brancos.

# Improvizado, Escritório de Saúde Mental não convence e recebe críticas

Pressionada pelo aumento do número de casos de suicídio na universidade e pela organização de alunos em torno do tema, bem como pela repercussão na mídia comercial, a Reitoria da USP criou no segundo semestre de 2018 o Escritório de Saúde Mental (ESM) sem, contudo, ter formalizado a nova estrutura por meio de uma resolução ou portaria, ou oficializado o respectivo orçamento. A Reitoria não respondeu ao questionamento do *Informativo Adusp* quanto ao fato de o ESM permanecer na informalidade. Porém, informou que ele compõe o “Programa de Acolhimento e Bem-Estar do Estudante”, junto aos congêneres Escritório de Desenvolvimento de Carreiras (Ecar) e Escritório de Atividades Esportivas (EAE) e ao futuro Escritório de Artes, Cultura e *Design*.

Alocado provisoriamente no prédio da Superintendência de Assistência Social, o ESM já atende estudantes que necessitam de acolhimento psicológico. Tal atendimento é fornecido principalmente pelo coordenador do escritório, professor Andrés Eduardo Aguirre Antúnez, que também é vice-diretor do Instituto de Psicologia (IP).

Procurado pelo *Informativo Adusp* para esclarecer como o ESM pretende oferecer atendimento aos estudantes da universidade num momento de crise de financiamento e insuficiente quadro de funcionários, Antúnez limitou-se a dizer que “o Escritório de Saúde Mental já está fazendo acolhimento aos estudantes que procuram ajuda, bem como aos pais”.

Antúnez foi igualmente questionado sobre como será possível atender os estudantes eficazmente sem a participação de equipes multiprofissionais completas do Hospital Universitário, uma vez que o HU enfrenta uma crise orçamentária sem precedentes, graças ao descaso da Reitoria. Novamente o coordenador do ESM foi evasivo: “Se organizarmos uma equipe multiprofissional com os recursos humanos que temos e que estejam dispostos a enfrentar esses desafios, os estudantes serão beneficiados, pois [isso] permitirá uma compreensão da complexidade da problemática e da possível

terapêutica em saúde aos estudantes universitários”.

## “Processo não foi democrático e nem plural”, diz docente do IP

Todavia, na opinião da professora titular Maria Luisa Sandoval Schmidt, do Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade do IP, a forma de criação do ESM esteve longe de ser a ideal. “A notícia da criação do escritório chegou à maioria de colegas do Instituto de Psicologia por meio de matérias publicadas em jornal e entrevistas do coordenador aos meios de comunicação. Foi, portanto, uma iniciativa gestada e concluída num âmbito muito restrito de pessoas ligadas à Reitoria e ao IP”, descreveu a professora.

“Há vários serviços e projetos que atendem estudantes em mais de uma unidade, há muitas iniciativas de coletivos de estudantes, assim como professores e professoras mobilizados e preocupados com as expressões contundentes de sofrimento que não foram convocados a pensar juntos maneiras de integrar e ampliar aquilo que já vem acontecendo como resposta a essas expressões. O processo não foi democrático e nem plural. Excluiu a participação mais ampla da comunidade, inclusive daquelas e daquelas que têm experiência acumulada na área”.

Ainda segundo a docente do IP, “a criação de um Escritório de Saúde Mental não responde às demandas da comunidade USP por programas e serviços de atendimento psicológico, mas a uma demanda talvez da mídia, que fez pressão sobre a Reitoria em relação aos recentes suicídios”. Ela avalia que a atual gestão, assim como a anterior, executa uma “política de desarticulação e desinvestimento nos projetos e serviços de saúde” úteis à comunidade USP e à população do Butantã em geral. “Além disso, há uma crescente demanda, especialmente por parte de estudantes, por políticas de permanência e outras providências que melhorem a vida universitária, valorizando, sobretudo, a convivência acadêmica e universitária”.

## “Saúde mental é campo de disputas epistemológicas, éticas e clínicas”

Maria Luisa também é crítica ao modelo de atendimento individual oferecido pelo ESM. “Atender individualmente estudantes que sofrem pode ser necessário, mas não responde adequadamente a questões que são de âmbito societário, coletivo e institucional. É importante também esclarecer que saúde mental é um campo de disputas epistemológicas, políticas, éticas e clínicas em torno das experiências de loucura e sofrimento psíquico. Não me parece interessante tomá-la como uma substância que pessoas, individualmente, têm ou não têm. Imaginando que quem não tem [saúde mental] precisa de tratamento e remédio como se se tratasse de um doente”.

No entender da professora, a criação do ESM não está desconectada do projeto reitoral de desmonte da universidade. “É interessante considerar que a crise na USP, assim como na educação e na saúde públicas em geral, não é apenas uma crise financeira mas um projeto. Está em jogo a privatização da universidade e, ao que tudo indica, a quebra do regime de dedicação integral e exclusiva de docentes às atividades integradas de ensino, extensão e pesquisa”.

A seu ver, o ESM já expressa uma forma de retirar sustentação financeira e acadêmica do tripé ensino, extensão e pesquisa. “A sustentação desse modelo talvez faça melhor bem à saúde da comunidade uspiana do que a tentativa, a meu ver equivocada, de tratar o sofrimento de estudantes como ‘distúrbios mentais’ que precisam ser tratados individualmente. Parece um tanto irresponsável, por outro lado, acenar com a possibilidade de realizar este tipo de atendimento individualizado de cunho clínico sem uma rede de referência composta por profissionais e instituições, capazes de acolher e responder à crescente demanda que o próprio viés das abordagens que individualizam e patologizam o sofrimento cria”.



# Juiz manda devolver docente ao RDIDP e pagar salário devido, mas USP insiste em desobedecer

A Reitoria não cumpriu, até o momento de fechamento desta matéria, um mandado de segurança concedido em 30/1/2018 pela 3ª Vara da Fazenda Pública ao professor Paulo Roberto Massaro, do Departamento de Letras Modernas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), que foi desligado de seu contrato em Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP) e compulsoriamente transferido para o Regime de Turno Parcial (RTP) depois que o então reitor M.A. Zago endossou recomendação da Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT) nesse sentido, em março de 2017. O mandado de segurança ordena à USP que o professor volte ao RDIDP, e por conseguinte, a receber salário equivalente.

Massaro passou um total de dez anos em estágio probatório e teve seu último relatório bienal de atividades rejeitado pela CERT, que se baseou na ausência de citações na plataforma Google Scholar para defender uma suposta “deficiência bibliográfica” do docente, apesar de pareceres favoráveis acolhidos por seu departamento e de uma extensa descrição de suas atividades em eventos nacionais e internacionais. Tendo isto em vista, o juiz Luis Manuel Fonseca Pires, da 3ª Vara da Fazenda Pública, determinou à USP, em janeiro de 2018, que restabelecesse o regime de trabalho do docente da FFLCH, após considerar viciado, “por falta de argumentação consistente”, o ato administrativo que alterou seu regime de trabalho (<https://bit.ly/2OwTm29>).

A Procuradoria Geral da USP (PG-USP) interpôs, no dia 4/5, um embargo de declaração contra a sentença, alegando se tratar de uma decisão “omissa, ou no mínimo obscura” por não determinar que o ato administrativo que alterou o regime de trabalho do professor Massaro fosse anulado e refeito. Este embargo foi rapidamente julgado improcedente pelo juiz Pires: “Esclareço que, por ter declarado a recondução do impetrante ao Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa, a consequência lógica é que todos os atos administrativos que ense-



Professor Massaro (FFLCH)

jaram a sua remoção foram considerados anulados”, justificou o juiz em 7/5.

“Embora fossem atos administrativos complexos e que se encerravam com a decisão do reitor, a divergência se deu através da análise dos relatórios de atividades, ou seja, se foram considerados aptos por este Juízo, passando por cima das análises dos indicadores qualitativos levados em consideração pela autoridade, conclui-se que a sua reintegração à condição anterior teve como fundamento a anulação de todos os atos administrativos que fossem contrários à alteração de seu regime de trabalho”.

Entretanto, mesmo após o esclarecimento do juiz Pires, a USP insistiu em não restabelecer o salário do docente em valores correspondentes ao RDIDP. Assim, no dia 20/7, a advogada Lara Lorena, da assessoria jurídica da Adusp, peticionou no processo para informar ao juiz a situação e requerer o cumprimento da tutela concedida e o restabelecimento do valor dos vencimentos do professor. No dia 24/7, Pires ordenou à USP que comprovasse o cumprimento da ordem judicial em um prazo de 15 dias.

**Reitor “não é parte”.** Em resposta à ordem do magistrado, a PG-USP alegou, em 14/8, que não cumpriu a sentença porque “a autoridade impetrada, o Magnífico Reitor desta autarquia, não recebeu, até o momento, dito ofício”. Este pretexto, entretanto, foi expressamente rejeitado pelo juiz, que afirmou, em 15/8, que “a autoridade impetrada não é nem po-

de ser parte no mandado de segurança, se fosse, deveria ser representada por advogado”, e ordenou o cumprimento da tutela de urgência concedida anteriormente.

Assim, enquanto o processo segue para a segunda instância, resta à USP acatar a decisão do juiz ou adotar outra medida. Em sua apelação à sentença, a PG-USP defendeu que não houve afronta ao direito líquido e certo do professor Massaro, ou seja: não haveria justificativa para um mandado de segurança. Não sem arrogância, a PG-USP também alegou que é competência da universidade estabelecer os critérios de avaliação dos docentes, “logo, se revela incabível, quando não manifestamente irregular, o estabelecimento de quaisquer outros critérios, bem como a forma de análise destes, tal qual realizado na motivação da sentença ora guerreada, onde o i. [ilustre] Magistrado se imiscuiu [sic!] na atribuição da

Superior Administração desta Universidade e concebeu avaliação a corroborar o entendimento do Apelado, muito embora desassociada dos critérios efetivamente utilizados pela CERT”.

Nas contrarrazões da apelação, por sua vez, a advogada Lara Lorena observa que a PG-USP tergiversa, pois “tece argumentos sobre matérias que não serviram de motivo para a sentença, como a questão da autorização jurisprudencial para a mudança do regime de trabalho docente”. O que importa ressaltar, continua, é que, “conforme já mencionado, o caso dos autos apresenta situação peculiar, que vai para além da mera discussão de direito acerca da possibilidade ou não da mudança do regime de trabalho do docente: a questão específica é, justamente, a motivação do ato, considerando que apenas um critério não foi atingido pelo professor”.

## Nota sobre o incêndio do Museu Nacional (MN/UFRJ)

Expressamos nosso profundo pesar pela perda dos acervos históricos e científicos do Museu Nacional da Quinta da Boa Vista, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a mais antiga instituição de pesquisa do país, no incêndio na noite de domingo, 2 de setembro. Não foram apenas 200 anos de história que viraram cinzas, mas muita dedicação profissional e pessoal, pesquisas acadêmicas e científicas em diversas áreas (antropologia, astronomia, geologia, zoologia, paleontologia, etnologia etc.). As perdas são incalculáveis e irreparáveis.

Nossa solidariedade a todos os servidores e estudantes que trabalham e desenvolvem pesquisas no Museu Nacional, pois foram estes os primeiros a denunciarem o descaso público dos governos federais em relação à infraestrutura e edificação do prédio do Museu Nacional. O incêndio é reflexo direto da crise política do Brasil, com sucessivos cortes orçamentários na educação, pesquisa e ciência e tecnologia, sob a sombra da política de austeridade da EC 95/2016, a EC do Teto dos Gastos. Claramente o atual governo federal e as gestões anteriores não deram a devida atenção ao Museu Nacional e aos demais museus do país, que são fonte de desenvolvimento de pesquisa, cultura e entretenimento para a sociedade brasileira.

Por fim é importante registrar a atuação heróica dos pesquisadores da instituição, que em meio à tragédia arriscaram a própria vida para salvar o que fosse possível, simbolizando nesse ato extremo a luta em defesa da pesquisa nacional, vítima de um processo de destruição deliberado, do qual o incêndio do Museu Nacional é um símbolo brutal.

Diretoria da Adusp  
4/9/18



# USP descumpre ordem do TJ-SP e retarda aposentadoria integral de professora

Há quase uma década, a professora Elizabeth Cancelli, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), enfrenta uma batalha judicial contra a USP e a Procuradoria Geral (PG-USP) para que seus direitos trabalhistas e previdenciários sejam reconhecidos. Não obstante tenha conquistado vitórias consecutivas no Tribunal de Justiça (TJ-SP), até hoje a USP não incorporou quinquênios a seu tempo de serviço na USP, conforme determinação judicial com trânsito em julgado, assim como não recebeu valores retroativos a que tem direito. Mais grave, recentemente, descobriu que a Universidade não permite que se aposente com o valor integral de seus vencimentos.

A professora Elizabeth lecionou na Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) de 1982 a 1986; na Universidade de Brasília (UnB) de 1987 a 2006; e está desde 2006 na USP, em Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP). Nas três instituições, soma 34 anos de ensino em regime de dedicação integral. Uma trajetória desprezada pela USP, o que deu início a uma saga jurídica em 2009.

Naquele ano, a professora abriu um processo administrativo para que a universidade contasse e considerasse seu tempo de trabalho em regime de dedicação integral para todos os fins, inclusive os quinquênios e as licenças-prêmio. Conforme o artigo 76 do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de São Paulo, em sua versão original, o tempo de serviço público seria contado para todos os fins. Embora tal artigo tenha sido modificado pela Lei Complementar 318/83, de modo que o tempo de serviço público fora do Estado passasse a ser contado integralmente apenas para efeitos de aposentadoria, a Lei Complementar 437/1985 fixou a vigência desta modificação para a partir de dezembro de 1984. Portanto, o tempo anterior a dezembro de 1984 em que a professora trabalhou na UFMT deveria ser levado em conta pela USP, para todos os fins.

Porém, em 2011, diante da recusa da USP de considerar o tempo de serviço prestado entre 1982 e 1984 para contagem de quin-

quênios e sexta-parte, Elizabeth decidiu interpor dois processos judiciais contra a universidade: um para que todo o seu tempo de carreira fosse considerado pela USP para todos os fins; e outro, um mandado de segurança contra o desrespeito da USP à aplicação da Lei 437/1985.

**Mandado.** Enquanto o primeiro processo ainda está em tramitação, o segundo resultou em decisões favoráveis à professora em duas instâncias. Em 2012, o mandado de segurança para que a USP considere o tempo exercido por Elizabeth entre 1982 e 1984 na UFMT para todos os fins foi concedido pela juíza Carmen Cristina Teijeiro e Oliveira, da 5ª Vara de Fazenda Pública (<https://bit.ly/2QAnU4N>). Em 2013, o TJ-SP rejeitou todas as tentativas da USP de reformar a decisão do mandado de segurança.

Depois de apresentar uma apelação à sentença, que foi negada, a USP interpôs dois recursos, ambos em 2013. Em um deles, a PG-USP alegou haver “repercussão geral” do tema, uma vez que poderia impactar o orçamento da universidade. Ambos os recursos tiveram negado o seguimento pelo desembargador Ricardo Anafe e a USP ficou impossibilitada de recorrer à terceira instância, transitando em julgado.

“É estranho, porque o argumento está baseado no fato de que a decisão teria impacto orçamentário para a instituição, embora eu tenha, de fato, direito ao cumprimento da lei”, declarou a professora sobre as alegações da PG-USP. “Ora, são as ditaduras que trabalham com a premissa de que os direitos do Estado, ou das instituições do Estado, devam prevalecer sobre os direitos do indivíduo”.

Em novembro de 2015, provocado pelos advogados de Elizabeth (<https://bit.ly/20Hhuza>), o juiz Luiz Felipe Ferrari Bedendi, da 5ª Vara de Fazenda Pública, intimou



Professora Elizabeth Cancelli (FFLCH)

a USP a cumprir, em até 90 dias, a decisão do mandado de segurança concedido em 2013 (<https://bit.ly/2QCVVBz>). A USP efetuiu os pagamentos dos quinquênios em fevereiro de 2016. Os valores retroativos não foram pagos até hoje, pois os cálculos ainda são objeto de discussão judicial.

**Resolução 4.224.** “Em fevereiro de 2018, pedi a contagem de tempo para aposentadoria e, para minha surpresa, após 34 anos de universidade pública, eu receberia R\$ 7.500 brutos”, relata Elizabeth. Apesar da vitória no mandado de segurança, a PG-USP alega que a professora deverá completar 15 anos em exercício de RDIDP para fazer jus à aposentadoria integral. “Eu já trabalhei na iniciativa privada e nunca me senti tão à mercê”, protesta a professora. “Apesar de estar amparada pela lei, o posicionamento filosófico da Procuradoria parece não me dar a possibilidade de programar minha vida ou de fazer valer meus direitos”.

O motivo utilizado pela PG-USP para negar à docente da FFLCH a aposentadoria com valores integrais é a Resolução 4.224/1995, aprovada pelo Conselho Universitário (<https://bit.ly/20xlcLT>). Ela determina, no artigo 1º, que o docente da USP no exercício do RDIDP só terá “assegurada a incorporação a seus proventos” dos

valores remuneratórios desse regime se tiver permanecido nele por 15 anos contínuos ou 20 anos interpolados; e, no seu artigo 5º, que o tempo de serviço exercido fora das universidades estaduais paulistas será computado como exercido em Regime de Turno Parcial (RTP).

As inconstitucionalidades da Resolução 4.224/1995 levaram a Adusp a ingressar com ação coletiva contra essa norma, em 2015 (<https://bit.ly/2QDYZgx>). No entender da associação, a remuneração do RDIDP é indissociável do seu cargo, valor específico retributivo, não sujeito à incorporação para seu reflexo na aposentadoria: “Portanto, semelhante exigência de incorporação impõe novo requisito, não constitucional, à aquisição de integralidade nas aposentadorias”. Entretanto, a ação foi negada em primeira e segunda instância pelo TJ-SP (neste caso, em fevereiro de 2018), e restou à Adusp recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF).

**Vieses e pressões.** Coordenador do Departamento Jurídico da Adusp, o professor Ciro Correia entende que, embora a PG-USP lance mão de recursos e procedimentos possíveis e normais, ela o faz com vieses em desfavor dos avanços que protegem os servidores, e a instituição, de conflitos de interesse. “O problema é saber se age assim por moto próprio ou se o que determina essa conduta são as pressões da Reitoria, à revelia do previsto na administração pública, e se haveria espaço para ser diferente”.

Além disso, assinala Ciro, a Reitoria e a PG-USP nunca abriram qualquer espaço de discussão, com a Adusp, do teor da Resolução 4.224/1995, ainda que a questão tenha sido levada a reuniões com os reitores Adolpho Melfi, Suely Vilela e J.G. Rodas, durante as respectivas gestões, nas quais foi apontada a inconstitucionalidade dessa norma e os danos que provoca, especialmente perversos quando decorrentes das arbitrárias mudanças de regime decididas pela Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT) ou em casos similares aos da professora Elizabeth.



# Warwick Estevam Kerr (1922-2018)

Faleceu aos 96 anos de idade, em Ribeirão Preto, em 15/9, o professor Warwick Estevam Kerr, entomologista, agrônomo, geneticista e um dos maiores especialistas do mundo em abelhas. Formou-se e doutorou-se na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), onde também lecionou no Departamento de Genética. Warwick destacou-se como liderança e criador de instituições científicas. Primeiro diretor científico da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), de 1962 a 1964, foi por duas vezes diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), de 1975 a 1979 e de 1999 a 2002. Presidiu a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) de 1969 a 1973.

A família lembra que Warwick fundou diversos departamentos de pesquisa e ensino nas universidades públicas brasileiras: de Biologia da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Rio Claro (Unesp), de Genética da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (USP), de Biologia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), além de haver contribuído de forma marcante com o desenvolvimento do Instituto de Genética e Bioquímica da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), e que foi o primeiro cientista brasileiro a ser eleito Membro Estrangeiro da National Academy of Sciences dos Estados Unidos, tendo sido, ainda, membro titular da Academia do Terceiro Mundo.

Depois que se aposentou na USP, o pesquisador “escolheu, por vontade própria, morar no Maranhão”, segundo registra a nota de pesar do curso de Biologia da UFMA, pois “queria contribuir para o avanço do ensino e da pesquisa em um dos estados mais pobres da nação, onde residiu por oito anos, tempo necessário para que fundasse o departamento de Biologia, o Laboratório de Genética (LabGeM) e o curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Maranhão” (<https://bit.ly/2xpTwkD>). Em 17 de abril de 2017, recebeu o título de “Professor Honoris Causa” da UFMA. Também foi reitor da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

“Esteve sempre envolvido com pesquisas que renderam avanços no manejo e amansamento das abelhas africanas, hoje muito importantes na produção melífera brasileira, e que escapa-

ram para o meio ambiente quando ele as introduziu no Brasil em 1956. Atuou sempre sob o princípio da indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão, buscando permanentemente estabelecer relações com a população e com os movimentos sociais, para transferir-lhes diretamente saberes e resultados de pesquisas”, diz a nota da família, assinada pelas filhas Florence, Lucy, Jacira, Lígia Regina e Tânia e pelo filho Américo Sansigolo Kerr, professor do Instituto de Física da USP. A esposa, dona Lygia, faleceu em 2017.

“Suas convicções socialistas renderam-lhe duas detenções durante a ditadura militar instaurada em 1964 e uma constante vigilância por parte dos órgãos ditatoriais de segurança naquele período. Seu espírito generoso desde cedo o fez abraçar a utopia socialista, agindo por construirmos uma sociedade justa e igualitária onde a ciência e demais saberes estejam a serviço da maioria da população”.

**Pós-Graduação.** O INPA emitiu nota de pesar que aponta a importância da sua passagem pela instituição: “Warwick Kerr deixa um legado tão importante para a ciência e formação de recursos humanos que a mais alta homenagem conferida pelo INPA, a Menção Honrosa Warwick Estevam Kerr, leva o nome dele por suas inestimáveis contribuições à Pós-Graduação, atividade que muito estimulou em toda sua vida por acreditar na importância da educação e formação de recursos humanos de qualidade para a Amazônia” (<https://bit.ly/2CXfLOF>).

“Foi o Dr. Kerr, por exemplo, quem ajudou a trazer para o INPA vários dos seus atuais pesquisadores, incentivando e apoiando incondicionalmente a fundação de vários programas de pós-graduação, como o PPG em Entomologia, Ecologia e Biologia de Água Doce durante sua primeira gestão no INPA, assim como o Programa de Pós-Graduação em Genética, Conservação e Biologia Evolutiva (PPG-GCBEv) em sua segunda gestão.

Seu empenho constante em prol da educação e ciência no Bra-



Warwick intervém durante ato na USP contra reforma da Previdência, em 2003



O professor no seu apartamento em Ribeirão Preto, em fevereiro de 2018

sil é plenamente demonstrado pela sua brilhante carreira científica, tendo atuado em remotas regiões brasileiras, como Maranhão e Amazonas, onde orientou inúmeros estudantes em nível de graduação e pós-graduação e contribuiu efetivamente para as FAPs [fundações de apoio à pesquisa] estaduais”.

A UFMA registrou que Warwick possuía pós-doutorados na Columbia University e University of California System, ministrou aulas em universidades norte-americanas e publicou diversos livros na área de apicultura. “Os dados apontam para 648 trabalhos científicos, cujos escritos podem ser encontrados em revistas renomadas como a *Science*, *Evolution* e *The American Naturalist*”.

A UFU, onde esteve por dois períodos (1988-1999 e 2003-2010), implantou o curso de Pós-Graduação em Genética e Bioquímica em nível de mestrado (1994) e de doutorado (1999) e desenvolveu pesquisas com abelhas, hortaliças e frutas, também expressou seu pesar pelo falecimento do pesquisador. “Uma mostra das condecorações e da produção científica do professor está disponível na Coleção Especial

Dr. Warwick Estevam Kerr, na biblioteca do Campus Umuarama”. Além de mencionar entre seus principais trabalhos a introdução no Brasil da abelha africana e o desenvolvimento da abelha “africanizada”, a universidade destacou a descoberta de “um tipo de alface com 20 vezes mais vitamina A do que o comum”. Na UFU, embora aposentado em 1992, Warwick orientou alunos, ministrou aulas e realizou pesquisas até 2012 (<https://bit.ly/2NmOxME>).

O reitor da UFU, Valder Steffen Júnior, enfatizou o papel de Warwick como educador, uma vez que formou diversas gerações de pesquisadores, obtendo por isso grande reconhecimento da comunidade científica nacional e internacional. “Dr. Kerr, além disso, sempre foi um ser humano muito afável. Todos aqueles que conviviam com ele se sentiam acolhidos. Sempre foi muito espirituoso, com uma palavra interessante, uma palavra nova, uma palavra de incentivo, de encorajamento às pessoas”, observou. “Ele tinha ideias muito claras sobre a importância do sistema federal de ensino superior, da universidade pública, da universidade democrática”.